

Jeton para todos, garante Fragelli.

Ele promete pagar jeton mesmo para os ausentes. Só não pagará se for comprovada a ausência em chamada nominal, o que, na prática, não ocorre.

Os parlamentares podem ficar descansados, pois será muito difícil perderem seus jetons. Ontem, o presidente do Senado, José Fragelli, anunciou que não cortou nem pretende cortar essas gratificações aos que faltarem às sessões do plenário da Casa e do Congresso, salvo se a ausência ficar comprovada por verificação de presença, o que na prática quase não ocorre nem na Câmara, onde o presidente da Casa, Ulysses Guimarães, anunciará que tomaria a mesma providência.

Ontem mesmo Fragelli deu demonstração de que não pretende cortar os jetons. Na sessão matutina do Congresso, em vista da falta do **quorum** de 80 deputados e 12 senadores, ele cumpriu a promessa de não abrir a sessão e, portanto, não pagar o **jeton** de Cr\$ 112 mil referente a cada parlamentar (mas não permitiu a chamada nominal). Alguns deles protestaram. A noite, porém, Fragelli não foi tão rigoroso com o cumprimento do regimento interno e abriu os trabalhos às 18h30 com apenas 43 deputados e oito senadores presentes. A sessão durou 30 minutos e em seguida ao seu encerramento foi iniciada outra sessão, também conjunta, que durou 15 minutos. Resultado: todos, mesmo os ausentes, receberam dois jetons cada um pela presença nas sessões noturnas, recuperando o "prejuízo" da manhã.

Jetons para todos

A decisão de Fragelli de pagar jetons a todos, até mesmo aos ausentes, se baseia em sua convicção de que o trabalho parlamentar se realiza também fora do Legislativo. Ele citou como exemplo dessa atividade "a campanha política que os senadores Carlos Alberto e João Castelo vêm desenvolvendo para eleger suas mulheres para as prefeituras de Natal e de São Luís. Não posso cortar o **jeton** de um parlamentar que está fazendo isso" — argumentou.

Fragelli reiterou também que só abrirá as sessões do Senado e do Congresso se houver quórum regimental, o que é verificado por funcionários da Casa. Mas se houver o quórum todos receberão os jetons de Cr\$ 112 mil, presentes ou não, o que ocorreu ontem à noite, embora não houvesse quórum. Apesar de, na Câmara, a determinação de Ulysses Guimarães ser semelhante à de Fragelli (de só cortar o **jeton** quando houver verificação nominal de presença), em agosto essa verificação só ocorreu duas vezes e não há comprovação de que algum

deputado tenha perdido o **jeton**.

Fragelli disse ainda não temer maior desgaste do Congresso e do Senado por sua decisão de pagar jetons aos ausentes, "pois o que tinha de se desgastar já se desgastou". O presidente do Senado admite também que seria uma boa solução a incorporação das partes variáveis dos subsídios dos parlamentares ao valor fixo dos vencimentos, o que ele acredita que será aprovado pela comissão interpartidária que examina o assunto. Lembrou, porém, existir um impedimento na Constituição a que, numa mesma legislatura, o Congresso possa aprovar aumento dos subsídios dos parlamentares. Por esse motivo, para incorporar os jetons, o que representaria aumento de vencimentos, seria necessária uma mudança na Constituição.

Imprensa acusada

Apesar de, na prática, não estarem sendo prejudicados em seus vencimentos, os parlamentares continuam acusando a imprensa de fazer campanha contra o Legislativo pelas denúncias de recibos indevidos de dinheiro. O próprio ex-presidente da Câmara, Flávio Márcilio (PDS-CE) protestou contra a decisão de Fragelli de suspender a sessão da manhã do Congresso, afirmando que a Casa "não pode tomar suas decisões sob pressão da imprensa".

À tarde, no Senado (que não apresentou problema de quórum para a abertura da sessão), o senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) voltou ao assunto afirmando ser inconveniente sustentar uma luta imprensa-Congresso, por achar que os jornalistas cumprem apenas seu papel de fiscalização dos trabalhos do Congresso. Apesar disso, reclamou da falta de noticiário sobre as atividades do Congresso, lembrando a defesa que o ex-senador Paulo Brossard fazia da necessidade de os meios de comunicação implantarem uma editoria parlamentar.

Na Câmara, as manifestações foram mais contundentes, centralizando-se principalmente na contestação da longa entrevista concedida pelo empresário Antônio Ermínio de Moraes, publicada domingo no **Jornal do Brasil**, com críticas também contundentes aos congressistas. Pela liderança do PDS, o deputado Amaral Neto (RJ) leu alguns trechos, como estes:

"Acho que o Congresso não se comporta à altura da Nova República. Acho que é muito ruim. Lembro o caso dos jetons e a corrida

aos cargos públicos (...) É preciso indicar pessoas que representem o País com dignidade. É preciso pegar pessoas corretas, da universidade da vida, que lutaram, trabalharam e venceram. O candidato à Constituinte não deve ter compromissos partidários. Deve haver candidato avulso" ("Entenderam a mensagem?" — perguntou Amaral).

Afirmando que o empresário "quer dar aula aos parlamentares", Amaral disse que "ele se esquece de muita coisa. Por exemplo, que participou do sacrifício para implantar a Nova República com a esperança de ser ministro (...) Não vi na relação dos bandidos de colarinho branco nenhum nome de deputado. Mas os colegas dele (Ermírio) estão fora da cadeia aos montes: na Coroa-Brastel, no Brasilin-vest (...)".

Tanto Amaral Neto como o deputado Mário Frota (PFL-AM) acusaram Antônio Ermírio de pertencer à "gang do cimento", enquanto Matheus Schmidt (PDT-RS) pedia à Mesa da Câmara que consulte a assessoria jurídica sobre a hipótese de se processar o empresário "por injúria".

O próprio Schmidt sugeriu também à Mesa que requisite uma hora por semana nas emissoras de rádio e TV para que os parlamentares se defendam "dessa campanha impatriótica, que já chegou a um ponto insustentável". O 1º secretário da Câmara, Haroldo Sanford respondeu que já em três reuniões sucessivas a Mesa tratou desse "processo de retaliação contra o Congresso Nacional, inclusive com relação a ocupar espaço nas emissoras para explicar à opinião pública as prerrogativas que o Legislativo quer ter".

A sessão da Câmara começou às 13 horas, com apenas 11 deputados em plenário, embora se anunciasse a presença de 162 na Casa. Às 15h30 havia em plenário 32 e na Casa 189, número insuficiente para deliberação, com o que deixaram de ser colocados em votação os três itens que se encontravam em regime de "urgência" ou "prioridade".

Essa falta constante de quórum deverá agravar-se ainda mais com a proximidade das eleições de novembro e deverá, inclusive, esvaziaria o trabalho de seis comissões extras que estão funcionando ou prestes a funcionar, cujas propostas correm o risco de não serem votadas a tempo, pois a maioria trata de temas institucionais.